



Câmara Municipal de São Caetano do Sul

Senhor Presidente,

O ministro do Trabalho, Luiz Marinho (PT), afirmou, em entrevista concedida ao jornal Valor Econômico, nesta segunda-feira, dia 6, que se a Uber quiser deixar o Brasil devido a proposta de regulamentação do serviço por aplicativos, o governo federal pode chamar os Correios para substituir o aplicativo. Em suas palavras, é só “chamar os correios, que é uma empresa de logística, e dizer para criar um aplicativo e substituir. Aplicativo se tem aos montes no mercado”

Ocorre que a fala do Ministro se dá em um contexto de uma provável mudança na lei trabalhista para regulamentação dos motoristas de aplicativo que hoje trabalham sem carteira assinada. Do ponto de vista prático, não achamos que a atividade não deve ter o mínimo de regulação, sobretudo estipular o salário mínimo para a



Câmara Municipal de São Caetano do Sul

categoria e incluir os trabalhadores no INSS. Porém a fala do Ministro Marinho pode ser considerada irresponsável no sentido de atacar uma empresa que gera um impacto enorme na sociedade brasileira.

É cediço que o excesso de regulamentação pode criar um efeito diverso do que o pretendido. Em todo o mundo, a regulamentação do Uber diminuiu o número de motoristas, aumentou o preço das corridas, e garantiu que taxistas não teriam concorrência. O caso mais emblemático aconteceu principalmente em Nova York, onde criaram tanta burocracia e taxas, a título de proteger o motorista, que as pessoas deixaram de pegar Uber na cidade, fazendo com que todos continuassem reféns da máfia dos táxis, que explora ainda mais a mão de obra barata dos imigrantes.

A Uber possui mais de 30 milhões de usuários ativos no Brasil. Desde seu lançamento, segundo dados auditados, a empresa gerou 76 bilhões de reais para motoristas parceiros e pagou mais de R\$ 4,9 bilhões em impostos federais e municipais.

O Uber gera renda para 1,5 milhão de brasileiros que trabalham com app de mobilidade. É o amparo de muita gente desempregada, ajuda quem quer complementar o salário ou precisa de um extra para faculdade, cuidar de parentes, etc. e representa cerca de 30% de todo o setor de transportes do país.

É incabível e irresponsável o Ministro do Trabalho dizer que não se importa se a empresa sair do país.

REQUEREMOS À MESA DIRETORA, nos termos regimentais, que se digne fazer constar em Ata e nos Anais de nossos



Câmara Municipal de São Caetano do Sul

trabalhos legislativos, **MOÇÃO DE REPÚDIO** ao senhor Luiz Marinho (PT), ministro do trabalho, pelos comentários feitos em entrevista ao jornal Valor Econômico.

Plenário dos Autonomistas, 07 de fevereiro de 2023.

MATHEUS LOTHALLER GIANELLO
(MATHEUS GIANELLO)
VEREADOR